

ATA N.º 238

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Acta-----

1.1 Acta 237 de 26 fevereiro 2016-----

2 Correspondência-----

3 Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4 Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Prestação de Contas 2015-----

4.3 Património-----

4.4 2ª Revisão Orçamental-----

4.5 Análise do Plano de Emergência Interno das Barragens-----

4.6 Apreciação da Recusa da Câmara Municipal em prestar informação à Assembleia Municipal-----

4.7 Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal - Representantes dos Autarcas-----

4.8 CPCJ – Comissão Alargada – Designação de Membros-----

5 Período Destinado ao Público-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Alexandre Fernandes Tavares-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- José de Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mário Coutinho Martins-----

- Mário José Costa da Silva-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-

presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte e Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins, Vereadores.-----

--- Faltaram à sessão os membros Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, Carla Andreia Coutinho Tavares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Rui Manuel Arede Lopes, que foi substituído por Renata Liliana da Costa Marques, e Toni Pedro Ribeiro Martins, que apresentaram justificações por escrito, pelo que as mesmas foram justificadas.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Acta – Foi apreciada a ata n.º 237, da sessão de 26 de fevereiro de 2016, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor de todos os membros que estiveram presentes naquela sessão.-----

Albano Macedo alertou para o facto de faltar a sua intervenção na deliberação do apoio à Freguesia de Pessegueiro do Vouga na Ata n.º 237. Assim, foi decidido alterar aquela deliberação para que conste a intervenção de Albano Macedo.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos habituais convites, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia e, ainda, a entrega de uma nota com informação, que devia ter sido prestada à Assembleia Municipal, na sequência da intervenção do público, a que se refere o ponto 4.6 da Ordem de Trabalhos.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi de **Albano de Amaral Macedo** que quis recordar que, neste concelho, ainda existem muitos desempregados, muitos jovens que buscam o primeiro emprego, muitos agricultores que já não têm forças e abandonam os seus campos e muitas mães que lutam no dia-a-dia para sustento dos filhos. Disse não poder esquecer os trabalhadores deste concelho que trabalham nos concelhos limítrofes e sofrem com o agravamento das despesas nas suas deslocações. Questionou que futuro queremos para o concelho? Disse que, a autarquia está a desenvolver uma série de empreitadas e candidaturas que vão permitir e diversificar a oferta turística do concelho e que o setor turístico está, dia-a-dia, a consolidar a sua posição estratégica relevante em todo o concelho potenciando e assegurando a estabilidade noutros setores. Referiu que a restauração regista uma evolução positiva na qualidade dos serviços que presta e salientou a gastronomia riquíssima em todas as freguesias. Disse que o Município deve crescer ordenadamente aproveitando oportunidades de investimento que vão surgindo sem hipotecar o futuro à tentação da massificação desconstrutiva ou de modelos de desenvolvimento que conduzam à delapidação dos valores naturais e patrimoniais. Continuou dizendo que os projetos em desenvolvimento são marcantes e que muitos que foram sonhados durante décadas. Falou sobre a idealização do futuro do concelho, que poderá passar pela aposta no turismo de repouso e descanso na época do outono, inverno e primavera para as classes de reformados e terceira idade com mais poder de compra. Questionou se não estaria na altura de mudar a imagem de Sever do Vouga, sendo evidente que essas mudanças não podem ser feitas de um dia para o outro nem tão pouco se processam de uma forma abrupta. Mais disse que, o futuro do nosso concelho passa, necessariamente, pela preservação ambiental aproveitando a conjugação da serra e da água, que são dois fatores que devem ser aproveitados para relançar o concelho na senda do desenvolvimento, acreditando que o investimento terá de ser orientado numa perspetiva turística e que os investimentos terão necessariamente de ser de índole turística. Certamente não descurando outro tipo de investimentos aproveitando zonas para pequenas e medias industrias salvaguardando sempre o meio ambiente. Disse imaginar o Braçal

transformado num polo turístico, sugerindo, para isso, estabelecer conversações com a Portucel, pois está certo de que o futuro, em termos turísticos, passará por uma oferta de turismo de qualidade, daí pensar ser oportuno afirmar que existem condições para que os investidores possam olhar para o concelho, assim como a região em que estamos inseridos, como uma grande possibilidade/oportunidade. Referiu que existem muitos casos de sucesso de turismo rural dizendo “a todos o nosso obrigado pela confiança que depositaram no nosso concelho”. Mais disse que, os autarcas e toda a sociedade civil tem de se preocupar com a realidade económica do concelho: a agricultura está a passar por uma crise sem precedentes, fruto da nossa submissão nacional às políticas europeias para o setor e disse esperar que o mirtilo, onde somos a capital, e outros pequenos frutos, não passem de moda. Disse que, há que continuar a criar condições para as instalações de empresas e pessoas, pois o concelho tem de aproveitar a posição geográfica e as suas gentes. Afirmou que Sever do Vouga deverá ser a centralidade da zona e cativar habitantes das zonas circundantes através do turismo de interior e de fim de semana. Convidar o país a conhecer o concelho passa pela criação de ideias, formação e oferecer a diferentes estratos sociais um fim de semana diferente. Apelou a todos aqueles que acreditam numa estratégia de desenvolvimento de Sever do Vouga.-----

Foi dada a palavra a **Carla Manuela Borges Soares** que começou a sua intervenção fazendo referência a duas datas que considera ser de grande importância: 25 de abril e 29 de abril. Disse considerar que poderia ter sido feito algo simbólico para recordar a revolução e a entrega da carta do Foral a Sever do Vouga e lamentou o mesmo. Questionou se aquele facto se devia pelas verbas terem sido todas canalizadas para dois eventos que tiveram direito a reforço de verbas. Sobre um desses eventos, a Ficavouga 2016, disse considerar que o seu cartaz superava o cartaz da Feira de Março. Disse ser necessário repensarem o modo como atribuem e canalizam as verbas disponíveis, uma vez que existem necessidades básicas dos municípios que não estão a ser consideradas.-----

Continuou a sua intervenção dizendo que, mais uma vez se solicitava um maior cuidado aquando da elaboração das ordens do dia nas convocatórias das Assembleias para se saber o que vai ser feito de concreto (votar, analisar, aprovar... por exemplo). Isto porque, apesar de já ter sido assunto naquela Assembleia, nomeadamente na sessão de 26 de setembro de 2014, verifica-se que não houve qualquer atenção ou esforço no sentido de melhorar aquela situação e continuam a não ser atempadamente disponibilizados os documentos.-----

Falando sobre a proximidade da data de inauguração do Museu Municipal, questionou sobre o pessoal afeto, se estão salvaguardadas as condições de conservação das peças a expor, bem como a sua manutenção e, ainda, qual a estratégia existente para assegurar a sua sustentabilidade ou se será apenas com os fundos provenientes das entradas dos visitantes.-----

Reportando-se à comunicação escrita do senhor Presidente de Câmara, disse poder-se ainda verificar que irão ser feitos trabalhos no Vougapark relacionados com as infiltrações. Questionou quais serão os trabalhos, se ainda serão efetuados ao abrigo da garantia ou se irão existir outros custos para o município.-----

Por fim, disse não poder terminar a sua intervenção sem, mais uma vez, questionar o executivo para quando estará prevista a intervenção no troço que vai de Penouços, variante de Cedrim, E.N. 16 em Paçô e, ainda, no Caminho da Fonte em Cedrim.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Mário José Costa da Silva** que pediu ao presidente da Câmara Municipal que confirmasse se já existia algo em concreto sobre a reabertura do tribunal de Sever do Vouga.-----

Pediu esclarecimentos sobre as próximas linhas de expansão do abastecimento de água e saneamento básico no concelho.-----

Por fim, chamou a atenção para o facto de um número significativo das árvores plantadas pela autarquia nas bermas das estradas ao longo dos últimos anos terem secado ou, simplesmente, estarem partidas, uma vez que é importante, quer em termos ambientais, quer em termos paisagísticos, que a autarquia procedesse à sua rápida reposição.-----

Por último, foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que começou por dizer que tinha sido com muito agrado que soube do regresso do tribunal a Sever do Vouga. No entanto, questionou que garantias existiam de que veio para ficar e, ainda, que tipo de serviço judicial está previsto funcionar ali e onde serão as suas instalações.-----
Seguidamente, pediu ao presidente da Câmara mais informação sobre a carta aberta acerca das bolsas de estudo atribuídas pelo Município.-----
Diana Paiva disse saber que aquele assunto poderia ser visto com alguma sensibilidade perante os Municípios e não ser do agrado de todos, porém, não pôde deixar de verificar que, no final do artigo, a Câmara optou por não responder, ou deixar os esclarecimentos para uma fase posterior.-----
Mesmo assim, solicitou que o presidente da Câmara desse alguma informação, ou esclarecimento, sobre o assunto em causa para poderem perceber do que se trata.-----
Finalmente, falou sobre um incidente ocorrido entre si, que viajava de carro, e o camião do lixo, numa estrada da Senhorinha, onde teve de interromper o seu percurso pelo facto do funcionário estar a empurrar o contentor do lixo sem verificar se havia alguma viatura na estrada. Sugeriu que fosse dada mais informação e formação aos funcionários daquele serviço para que não coloquem a si e aos outros em perigo.-----
Antes de passar a palavra ao presidente da Câmara Municipal, o **presidente da Assembleia Municipal** informou, em relação à intervenção de **Carla Soares**, que, a partir daquela data, acrescentar o objetivo de cada assunto colocado na Ordem de Trabalhos, ou seja, se seria para apreciar, discutir ou aprovar.-----
Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**, para poder responder às intervenções, tendo começado pela intervenção de Albano Macedo, dizendo que o projeto do Braçal não depende do Município nem da Portucel, mas sim de um investidor capaz.
Respondendo à intervenção de **Carla Borges**, o presidente da Câmara informou que não tinha sido comemorado oficialmente a entrega da carta do Foral, não por falta de verbas, mas pela equipa teatral não conseguir preparar algo a tempo.-----
Relativamente ao Museu, o presidente da Câmara informou que, para já, não iriam ser cobradas entradas e que, numa primeira fase, aquele equipamento seria aberto por estagiárias e pessoal da autarquia.-----
Quanto às infiltrações no Vougapark, o presidente da Câmara disse que os trabalhos estavam a ser executados pelo construtor por ainda se encontrar dentro da garantia.-----
Relativamente à variante, disse haver já alguma evolução, tendo já havido uma reunião no local com a empresa construtora e com a EDP, sendo que a responsabilidade é do consórcio e já foi admitido por eles que vão fazer a intervenção. Mais disse que, aquilo que queriam fazer, na altura, era apenas retificar as deficiências e que foi-lhes dito que o Município não queria isso. A empresa irá assumir a repavimentação integral daquela estrada.-----
Respondendo à intervenção de **Mário Silva**, e começando pela questão colocada sobre a Ministra da Justiça, o presidente da Câmara disse que o conteúdo da reunião com a Ministra da Justiça estava transcrito na sua informação. A Ministra vai enviar o que era preciso para a reabertura. Sobre o alargamento do abastecimento de água, informou que a AdRA estava a elaborar um estudo de viabilidade económica para ser submetido à discussão, no qual estarão previstos os investimentos para os próximos anos.-----
A maioria dos membros que interveio entregou à mesa as cópias das suas intervenções que dela fazem parte integrante e vão ser arquivadas juntamente com os documentos desta sessão.-----
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Posto isto, como não houve qualquer questão passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

4.2 Prestação de Contas 2015: - Foi dada uma breve explicação pelo presidente da Câmara sobre os documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2015, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Seguidamente foi aberto um período para apreciação dos documentos e proposta relacionados com a Prestação de Contas de 2015.-----

Como não foi apresentado qualquer pedido de esclarecimento, passou-se à votação dos documentos da prestação de contas de 2015.-----

Seguiu-se a votação dos documentos da Prestação de Contas de 2015, cujo resultado foi o seguinte: dezassete votos a favor, dos membros: Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva; seis abstenções, dos membros: Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha e Sandra Henriques da Silva.-----

4.3 Património: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste município. A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.4 2ª Revisão Orçamental: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 2ª Revisão Orçamental de 2016, que corresponde à 5ª Modificação, com um reforço do orçamento no valor de € 60 000,00 (sessenta mil euros).-----

Dezassete Votos a favor - Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva.-----

Seis abstenções - Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha e Sandra Henriques da Silva.-----

4.5 Análise do Plano de Emergência Interno das Barragens: - O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam intervir para se inscreverem. Apenas se registou o pedido de Sérgio Silva.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que repudiou a leviandade com que a EDP, a APA e a ANPC têm lidado com todos os severenses, em especial com a segurança daqueles que vivem a jusante das barragens. Referiu que as barragens ultrapassam geralmente outras construções em volume, em custo e em risco e que muitos dos acidentes e roturas são diretamente atribuídos à falta de conhecimento e conveniente interpretação das condições geológicas locais. No caso da barragem de Ribeiradio, disse que, nas últimas três décadas foram vários os estudos geotécnicos realizados. Lembrou que, no estudo de impacte ambiental acerca daqueles estudos pode ler-se a expressão “complexidade geotécnica”. Mais referiu que, o plano de emergência interno tem por objetivo emitir sinais sonoros em caso de rotura ou acidente. Deu o exemplo de se estar a circular na E.N. 16 no sentido Albergaria/Pessegueiro quando se dá uma rotura na barragem e, como se está dentro do carro, não se ouvirem os avisos sonoros – a que nível é que o Plano de Emergência Interno valeria naquele caso? A resposta dos promotores do plano é que, naquele caso, já as estradas estariam cortadas e os alertas sonoros serviriam apenas para avisar os pescadores ou outras pessoas que estejam nas margens do rio.-----
Como não houve mais participações, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-

4.6 Apreciação da Recusa da Câmara Municipal em prestar informação à Assembleia

Municipal: - Aberto um período de intervenções, foi dada a palavra a **Diana Paiva**, dizendo que a resposta formal à Assembleia Municipal demorou dez meses, quatro sessões e vários protestos e, mesmo assim, continuou a não cumprir os requisitos legais e o regimento, citando que as intervenções tiveram lugar na sessão de junho de 2015, tendo muito se passado, que a Câmara teve conhecimento e que nada tinha sido dito à Assembleia na sessão de setembro de 2015. Mais disse que, em dezembro, já tinha sido abordada a falta de resposta que se manteve até ao dia anterior à presente sessão. Disse ter sido necessário requerer ao senhor presidente da Assembleia Municipal, apesar de já fazer parte das suas competências, de acordo com os termos do artigo 20º, n.º 1 alíneas o) e p) do Regimento e do artigo 29º, n.º 1 alínea k) da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que fosse apreciada aquela constante omissão nas respostas a dar à Assembleia. Disse, ainda, que o documento nem sequer devia ter sido admitido por não cumprir com o estipulado no artigo 53º, n.º 2 da Lei 75/2013 e artigo 34º, n.º 1 do Regimento. Referiu que a Assembleia tem sido benevolente com incumprimentos no que diz respeito à colocação de documentos na plataforma informática, mas, qualquer documento que seja dado a conhecer fora do prazo de dois dias antes da data da sessão, não irá ser mais aceite que venha a ser discutido. Disse que todos os membros da Assembleia podem e devem, dentro das suas competências fiscalizadoras, exigir da Câmara todas as explicações e a elas deve ter direito dentro do tempo estipulado, pelo que entende que a Câmara Municipal nunca deu a resposta devida acerca das intervenções da sessão de junho de 2015 e, mesmo nesta altura não o fez, pois o documento foi colocado na plataforma para lá do tempo regulamentar, tendo tido toda a possibilidade de o fazer muito antes, fazendo-o agora dentro daquilo que considera, mesmo, ser uma trapalhada. Assim, disse entender que a Câmara Municipal, pela constante falta de respeito, deve ser censurada com um voto de protesto veemente feito por todos os membros, devendo o mesmo constar em ata e que, no futuro, tal situação não se venha a repetir.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** interveio para dizer que colocou imediatamente o requerimento entregue pelo representante dos grupos municipais e que apenas coloca na ordem de trabalhos aqueles documentos que, nos termos da lei, compete ao presidente da Assembleia Municipal. Mais disse que, face àquela intervenção, considera que aquele requerimento será para ser apresentado como um voto de protesto de Diana Paiva pela falta de resposta a estas solicitações ao longo das sessões.-----

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada por Diana Paiva, a qual foi aprovada com dez votos a favor, para ser colocada à apreciação e votação. -----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que disse considerar que no documento está muito bem esclarecida a evolução dos casos. Relativamente ao primeiro, disse não ter sido esclarecido por papel mas que já tinha informado verbalmente em várias sessões que estava resolvida a intervenção do público quanto à questão do funcionamento das escolas.-

Seguidamente, **Albano Amaral** apresentou uma declaração de voto acerca do resultado daquela votação: Embora concordemos com alguns pressupostos e alguns considerando do voto de protesto apresentado pela bancada do PSD, nós solicitamos amigavelmente que se transformasse aquela proposta e aquele requerimento numa reclamação a apresentar ao executivo no sentido de respeitar com mais dignidade as propostas, requerimentos desta entidade autárquica Assembleia Municipal de modo a podermos salvaguardar os reais valores que deve ter a Assembleia Municipal e as suas competências, por isso achamos que o executivo deve dar cumprimento a tudo aquilo que está legislado no sentido de prosseguir a informação a que os deputados municipais têm o seu direito.-----

Seguiu-se a votação da proposta apresentada, tendo sido reprovada, com oito votos contra, dos membros Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, António Manuel Martins de Bastos, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida e Júlio Martins Fernandes; sete votos a favor, dos membros António da Silva Portela, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Custódio Tavares Pereira de Lima, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva e Mário Coutinho Martins; e oito abstenções, dos

membros Alexandre Fernandes Tavares, Ana Maria Tavares Mendes, José de Bastos da Rocha, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mário José Costa da Silva, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Henriques da Silva e Sérgio Soares da Silva.-----

4.7 Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal – Representantes dos Autarcas: - Por voto secreto, foi eleito o senhor Belmiro Manuel Marques para fazer parte do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna de Sever do Vouga, como autarca eleito pela Assembleia Municipal.-----

4.8 CPCJ – Comissão Alargada – Designação de Membros: - Na sequência do exposto no ofício n.º 88/2016, de 18 de março de 2016, remetido pelo presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, a solicitar a substituição ou recondução do membro designado por esta Assembleia Municipal, Zélia Maria da Fonseca Marques, uma vez que o seu mandato terminou, foi entregue uma proposta dos líderes dos grupos municipais para a nomeação de Ana Paula Tavares Amador Hadden como membro da CPCJ, a substituir Zélia Marques, tendo o presidente da Assembleia Municipal perguntado se alguém queria entregar mais alguma proposta. Foi dada a palavra a **Albano Macedo** que quis intervir para dizer que, embora a Câmara Municipal tivesse enviado uma comunicação e uma informação acerca dos mandatos dos elementos, a qual refere não ser necessário proceder à sua substituição, o que disse duvidar muito, e para isso irá solicitar os devidos pareceres jurídicos a quem de direito, tendo em atenção que houve uma alteração na legislação. Disse considerar que devia ser objeto de análise na próxima conferência de líderes para saber se efetivamente devem ser substituídos ou reconduzidos os elementos. Sobre a proposta subscrita pelos grupos parlamentares do CDS e do PSD, a propor um novo elemento, Ana Paula Tavares Amador Hadden, disse que, por uma questão de ética, assim como se nomeiam e indigitam entidades, também deve haver hombridade suficiente para, quando essas entidades/individualidades prestam um bom serviço à coletividade, neste caso à CPCJ, é de toda a justiça louvar-se a atitude e, por isso, aproveitando a sugestão de Albano Macedo, apresentaram os três líderes dos grupos municipais, um voto de agradecimento à Dr.ª Zélia Marques, por todo o seu empenho dedicado a esta comissão em prol das crianças e jovens em risco do concelho de Sever do Vouga. Por esse facto, depois de ouvida a intervenção e lida a proposta apresentada, o presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de louvor à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

O membro José Luís da Silva e Almeida, antes da colocação deste ponto à apreciação e votação, solicitou ao presidente da mesa autorização para se ausentar pelo facto de um membro da Comissão Alargada ser seu familiar.-----

Seguidamente, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, e foi nomeada a Dr.ª Ana Paula Tavares Amador Hadden, como membro da CPCJ. A proposta foi aprovada com os votos a favor de todos os membros que estiveram presentes e que votaram.-----

-----**3 - Período Destinado ao Público**-----

Não houve qualquer participação.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----